

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.702 - GO (2019/0288665-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : GEORGIO DA COSTA E SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : GEORGIO DA COSTA E SILVA - SP380469
KARLA MARIANI FERREIRA LEITE - GO043668
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ELISON FERNANDES LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ELISON FERNANDES LEITE no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5498678-10.2019.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas, em razão da posse de **645g (seiscentos e quarenta e cinco gramas) de maconha** (e-STJ fl. 39). Essa prisão foi convertida em preventiva.

O Tribunal de origem denegou *habeas corpus* que visava a revogação da prisão preventiva. Eis a respectiva ementa (e-STJ fls. 28/29):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Não caracteriza constrangimento ilegal a decretação da prisão preventiva, quando a medida constritiva excepcional se encontra devidamente fundamentada com visos a resguardar a ordem, requisito este que, aliado à prova do crime e dos indícios de autoria, inviabilizam a revogação da segregação cautelar.

III - EVENTUAIS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. Eventuais condições subjetivas favoráveis dos pacientes, se isoladamente consideradas, quando cotejadas com os pressupostos legais da prisão preventiva, não ostentam força suficiente a desconstituir a custódia, ainda mais quando constatado, a partir das circunstâncias referidas, que as custódias são devidas.

IV - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. A necessidade da manutenção da prisão preventiva do increpado para a garantia da ordem pública, exclui a possibilidade de sua substituição pelas medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, ante a evidente incompatibilidade entre os institutos.

V - PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. NÃO VIOLAÇÃO. Consoante entendimento sufragado pelas Cortes Superiores, a prisão de natureza cautelar não

Superior Tribunal de Justiça

conflita com a presunção de inocência, quando devidamente fundamentada pelo Juiz a sua necessidade, conforme ocorrido na hipótese vertente.

ORDEM DENEGADA.

No presente *habeas corpus*, os impetrantes defendem que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Requerem, ao final, a revogação da prisão cautelar ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Com efeito, em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Esta Corte é firme na compreensão de que a prisão cautelar do réu é medida dotada de excepcionalidade, cabível apenas quando demonstrada, em decisão fundamentada, a premente necessidade do resguardo à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Confirmam-se:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. QUADRILHA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

[...]

3. "Em hipóteses nas quais o acusado responde ao processo em liberdade, a Sexta Turma deste Superior Tribunal tem decidido que a decretação da prisão cautelar na sentença pressupõe a existência de fatos novos capazes de comprovar a imprescindibilidade do recolhimento ao cárcere" (RHC 60.565/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 26/08/2015).

[...]

5. Ordem concedida para que o paciente possa aguardar em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a

Superior Tribunal de Justiça

possibilidade de decretação de nova prisão, ou de medidas cautelares alternativas, caso demonstrada a necessidade. (HC 347.034/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016.)

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

[...] (HC 339.833/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016.)

No presente caso, não foram apontados elementos concretos a justificar a medida mais gravosa, que foi imposta nos seguintes termos (e-STJ fls. 52/55):

Com relação à liberdade provisória, deixo de concedê-las, por estarem presentes os requisitos para a conversão das prisões em flagrante em prisões preventivas e por serem inadequadas e insuficientes, nos termos do artigo 282, § 6º, do Código de Processo Penal, as medidas cautelares diversas da prisão elencadas no artigo 319, do mesmo diploma legal. No presente caso restaram preenchidos todos os pressupostos da prisão preventiva (artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal). A prova da materialidade e os indícios de autoria encontram-se demonstrados pelo Laudo de Constatação Provisório das Substâncias Entorpecentes Apreendidas, pelo Termo de Exibição e Apreensão, pelo Boletim de Ocorrência e pelas declarações que formam o auto de prisão em flagrante. Segundo narrado pelo Condutor, sua equipe estava em patrulhamento pelo Setor Sol Dourado, nesta Comarca de Trindade, quando visualizaram um indivíduo trafegando em uma motocicleta em atitude suspeita, ocasião em que ele fora abordado (fls. 04/04-verso). Este indivíduo fora identificado como sendo IGOR NEVES DE OLIVEIRA, ora autuado, o qual trazia consigo uma porção de maconha, a quantia de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) e um aparelho de telefone celular (fls. 04/04-verso). Ao ser indagado, IGOR informou aos Policiais Militares que possuía uma arma de fogo e indicou duas residências em que poderiam ser encontradas mais substâncias entorpecentes (fls. 04/04-verso). De posse destas informações, os Policiais Militares deslocaram-se até a residência de IGOR, situada na Rua 233, Qd.03, Lt.08, Setor Vila dos Sonhos, nesta Comarca de Trindade, ocasião em que encontraram uma arma de fogo, tipo revólver, calibre .38 e municiada com cinco munições intactas, que estavam dentro do guarda-roupa (fls. 04/04-verso). Ato

contínuo, os Policiais Militares deslocaram-se até a segunda residência indicada por IGOR, situada na Rua 225, Qd.25, Lt.13, Setor Sol Dourado, nesta Comarca de Trindade/GO onde reside ELISON FERNANDES LEITE, ora autuado (fls. 04/04-verso). **Durante busca no imóvel, os Policiais Militares encontraram, dentro do quarto de ELISON, 09 (nove) porções de maconha, uma balança digital, um rolo de plástico filme e várias embalagens para acondicionamento de drogas, as quais estavam guardadas dentro de uma mochila (fls. 04/04-verso). Ao ser indagado, ELISON informou aos Policiais Militares que estava guardando a droga a pedido do autuado IGOR (fls. 04/04-verso). Perante a Autoridade Policial, o autuado ELISON confirmou ter guardado a uma mochila para IGOR, porém desconhecia a existência de drogas dentro dela (fls. 11/11-verso). Por sua vez, IGOR, perante a Autoridade Policial, informou que a substância entorpecente que trazia consigo, a arma de fogo apreendida em sua residência e a mochila com drogas que o autuado ELISON guardava em sua residência são de sua propriedade (fls. 14/14-verso).** Com efeito, da análise do Laudo de Constatação Provisório de fls. 07/08, do Termo de Exibição e Apreensão de fl. 05 e dos depoimentos dos policiais militares responsáveis por suas prisões (fls. 04/04-verso, 09/09-verso e 10/10-verso), verifica-se, neste momento, a prova da existência da materialidade do crime de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo, além dos indícios suficientes de autoria necessários a adoção da medida extrema. Constata-se, portanto, que a conversão das prisões em flagrante de ELISON FERNANDES LEITE e IGOR NEVES DE OLIVEIRA em prisões preventivas é medida que se impõe porque a restrição de suas liberdades se justifica em prol da segurança e tranquilidade da coletividade que se encontra tão abalada com delitos desta natureza. **Os fatos apurados denotam a periculosidade dos autuados, pois, verifica-se, em tese, a prática de comércio ilícito de substâncias entorpecentes, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo, os quais justificam a necessidade de decretação das prisões preventivas dos autuados como garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.** Neste sentido: [...] Assim, os elementos coligidos até o momento estão a demonstrar a necessidade de manter os autuados encarcerados provisoriamente para o bem e proteção do meio social, que se encontra tão atemorizado com o elevado número de crimes ocorridos nesta Comarca que tanto tem trazido desassossego e sofrimento para as pessoas. Ainda, a análise perfunctória dos fatos possível nesse estágio não permite concluir pela existência de alguma hipótese de exclusão da ilicitude a amparar os autuados, de forma que o artigo 314, do Código de Processo Penal, não representa óbice à decretação das prisões preventivas Posto isto, HOMOLOGO em sua forma o auto de prisão em flagrante dos autuados ELISON FERNANDES LEITE e IGOR NEVES DE OLIVEIRA [...]. (Grifei.)

Vê-se, portanto, que o decreto de prisão preventiva está calcado na

Superior Tribunal de Justiça

gravidade em abstrato do delito, circunstância que denota, ao menos neste juízo perfunctório, a carência de fundamentação. A simples posse de algumas porções de maconha, por si só, não autoriza a imposição da segregação cautelar.

Além disso, de acordo com o decreto de prisão, o paciente nega a propriedade da droga, que foi assumida pelo corréu perante a autoridade policial.

Ademais, as *"condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando demonstrada a possibilidade de substituição da prisão por medidas diversas, adequadas e suficientes aos fins a que se propõem"* (HC n. 335.537/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe de 1º/12/2015).

Dessa forma, em cognição horizontal e não exauriente, vislumbro ilegalidade no decreto construtivo, porquanto desprovido de fundamentação concreta acerca dos elementos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **defiro parcialmente o pedido liminar** para determinar que o Juízo de primeiro grau substitua a prisão preventiva de ELISON FERNANDES LEITE por medidas cautelares diversas, do art. 319 do Código de Processo Penal, que entender cabíveis.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, assim como ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Trindade/GO, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

